

Galiza e a Lusofonia: a entrada da região autônoma na CPLP e o ensino do Português

Wesley Sa Teles Guerra*

Introdução

Com aproximadamente 2,7 milhões de habitantes segundo o Instituto Nacional de Estatísticas da Espanha (2020), a Galiza ou *Galicia* (nome oficial) é considerada por muitos filólogos como o berço do galaico-português, língua oficial do Reino Suevo, cuja capital se localizava na cidade de Braga no atual norte de Portugal, onde se desenvolveu o português e o galego após a cisão de ambos os territórios.

Embora a região desempenhou um papel fundamental na formação histórica, cultural e linguística do mundo lusófono, sua participação foi sufocada pela historiografia castelhana e portuguesa, assim como a própria configuração de ambos estados tais e como conhecemos, sendo delegada a um papel secundário e muitas vezes esquecido dentro da lusofonia.

O galego, língua cooficial na região autônoma da Galiza, sobreviveu a duras penas aos embates dos processos ditatoriais na Espanha, e sua normativa, foi aos poucos se aproximando do espanhol em detrimento de sua relação histórica com o português. Ainda que tenha havido um grupo de pensadores e autores da região “os reitegracionistas” e os “lusistas” que eram a favor de uma maior proximidade com Portugal, as pressões políticas e econômicas fizeram com que a região se decantasse pela Espanha.

Somente em 2014, após a aprovação no parlamento galego da Lei Paz Andrade, houve uma tentativa de estreitar os antigos laços que unem Galiza com o resto da Lusofonia e dessa forma recuperar seu papel dentro dela. Sem embargo, ainda havendo movimentos culturais tais como a Galeguia (RUFFATO, 2007), uma crescente comunidade imigrante de fala portuguesa na Galiza e uma continua relação

* Pós-doutorado em Sociologia e Mudanças da Sociedade Contemporânea pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), na Espanha. Mestre em Políticas Sociais e Migrações pela Universidad da Coruña, também na Espanha. Especialista em Relações Internacionais e Ciências Políticas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPS). Diretor do Centro de Estudos das Relações Internacionais (CERES) e membro do Observatório Galego da Lusofonia, na Espanha.
E-mail: wesleysateles@hotmail.com

transfronteiriça com Portugal na região denomina “A raia”. Existem fortes pressões e restrições tanto de Portugal quanto da Espanha na integração galega, que limitam a mesma aos interesses de ambos os países. Sendo sua solicitação de entrar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) acompanhada de perto pelo governo central espanhol, responsável máximo pelas relações exteriores da Espanha e que de fato oficializará sua adesão já que outras regiões fronteiriças da Espanha também mostraram interesse.

Por outro lado, as relações de Galiza e a lusofonia supõe uma vantagem competitiva para o país Ibérico, motivo pelo qual o estudo do português já foi inserido em alguns colégios das regiões fronteiriças e continua crescendo, principalmente em Galiza onde o galego cada dia mais se aproxima do português, qual filho pródigo que aos poucos regressa aos laços familiares.

O galego e o português, um breve resumo

Oficialmente o galego e o português são línguas diferentes que possuem um passado em comum, sendo duas vertentes evolutivas de um idioma que prevaleceu na região, limitadas por mais convenções políticas e históricas do que antropológicas e linguísticas, já que os dialetos usados no vale do Rio Minho e na Serra de Gerês são de fato uma junção visível de ambas línguas que permanecem atualmente, porém sujeitos a normativa oficial conforme o posicionamento geográfico do indivíduo.

Assim como dois irmãos separados por um divórcio, galego e português tiveram diferentes tutelas, que provocaram por um lado a expansão e evolução do português através da colonização e manutenção de territórios, e por outro lado uma constante pressão e limitação do galego aos interesses *castelhanocentristas* da Espanha (FOX, 1998).

Embora houve diferentes pontos de cisão ao longo da história evolutiva do português e do galego, sua separação oficial de fato ocorreu em 1982 com a aprovação da normativa ortográfica e morfológica do idioma pela Real Academia das Letras Galegas, a qual gerou diversas discussões, já que os intelectuais se dividiam entre um grupo que advogava pela adoção da normativa lusitana frente a outro que buscava aproximar-se da língua castelhana. Essa normatização tardia do galego teve como origem a repressão que sofreram os falantes ao longo da história e que foram especialmente severas durante a ditadura de Francisco Franco (1939-1975) promovendo uma *castelhanização* da região e do próprio galego, que só foi normalizado com a aprovação do Estatuto de Autonomia de Galiza, em 1981, que

estabeleceu o galego como língua oficial, mesmo quando a normativa do idioma ainda não tinha sido aprovada.

As relações com a lusofonia sempre foram limitadas aos defensores do *reintegracionismo* e aos *lusistas*, somente quando se produziu uma mudança na percepção do valor econômico da língua portuguesa, com a ingente internacionalização das empresas galegas em importantes mercados lusófonos tais como o Brasil, e aumento dos fluxos comerciais promovidos pela própria consolidação da União Europeia e da Globalização, com uma maior mobilidade da população entre Galiza e Portugal fruto da eliminação das fronteiras e novos fluxos migratórios que influenciaram a demografia da região. Iniciou-se um processo de aproximação cujo auge foi a aprovação da Lei Paz Andrade em 2014, que objetiva aproximar Galiza dos países lusófonos e transformar a mesma em uma vantagem competitiva para o conjunto da Espanha, permitindo uma contínua integração e até mesmo o intercâmbio entre instituições fazendo uso do galego e/ou português nas comunicações.

A Lei 1/2014 batizada como lei Paz Andrade, recebeu esse nome em homenagem a Valentim Paz Andrade, jurista e escritor galego defensor da integração de Galiza à lusofonia, que ficou famoso por obras tais como *A galecidade na obra de Guimarães Rosa* (1978), onde defendia o papel do galego na formação do português e como este perdurava em distintos países da lusofonia.

Em 2018, um novo passo foi dado em direção a essa sonhada integração defendida por diversos intelectuais galegos e autoridades locais, quando o parlamento da Galiza aprovou por unanimidade a solicitação de admissão da região a CPLP (PGL, 2018).

Atualmente Galiza possui duas academias de letras, a Real Academia de Letras Galegas e a Academia Galega de Língua Portuguesa, assim mesmo a comunidade autônoma integra projetos como o Plataforma9 no qual estão presentes os 8 estados cuja língua oficial é o português (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor leste, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau) mais a região da Galiza. Assim como o Observatório Galego da Lusofonia (OGALUS) fundado pelo Instituto Galego de Análise e Documentação internacional (IGADI, 2019).

Ainda assim o ensino oficial do português na Galiza é um grande desafio para as autoridades locais, já que mesmo sendo utilizado frequentemente na fronteira entre Portugal e Espanha na região conhecida como “a Raia”, é tido como uma língua estrangeira pela legislação atual, apesar do elevado grau de compreensão devido ao estudo do galego como língua oficial dos colégios dentro do território galego e

também do português como língua estrangeira, fazendo com que o mesmo siga permanecendo dentro das diretrizes aplicadas a outros idiomas, tais como o inglês e o francês. Adiciona-se, o fato de que galego consegue entender e ser compreendido usando sua língua nativa, o que desestimula a obtenção de certificados oficiais de português, pois na percepção empírica dessa população é praticamente o mesmo idioma havendo uma hibridação cultural na região de difícil mensuração.

A entrada na CPLP deve facilitar o reconhecimento do português na Galiza e vice-versa, promovendo uma maior integração e adaptação das instituições.

O estudo e uso do português na Galiza

Segundo dados da Direção Geral de Trânsito da Espanha (DGT, 2020) o número de deslocamentos entre Galiza e Portugal é superior aos deslocamentos entre Galiza e resto da Espanha. Diariamente 76.877 pessoas transitam entre Galiza e o país vizinho, diante das 61.284 pessoas que transitam com o resto do território espanhol. Um reflexo visível da crescente integração da região com Portugal, devido a sua proximidade geográfica, infraestrutura, serviços e cultura.

A redução nos investimentos feitos pelo governo central da Espanha na Comunidade Autônoma, promoveram um alinhamento entre Galiza e Portugal, sendo muito mais fácil usar o Aeroporto do Porto que o de Madrid por exemplo. O que levou milhares de galegos a atravessar diariamente a fronteira para trabalhar nas cidades vizinhas e muitos até mesmo matricular os seus filhos em colégios portugueses.

No lado galego da fronteira, alguns colégios públicos já começam a ofertar classes de português para galegos, sendo o principal exemplo o I.E.S Indalêncio Perez Tizón na cidade de Tui, em plena fronteira com a cidade de Valença do Minho, ainda assim o número de alunos transfronteiriços aumenta acima da oferta acadêmica pela capacidade dos alunos em se adaptar a ambas realidades linguísticas (CONSELHO DE EDUCAÇÃO, 2019) principalmente na etapa infantil.

A Associação de Docentes de Português na Galiza (2019) defende uma política mais ampla capaz de usufruir dessa situação excepcional que existe na região e como forma de possibilitar uma real adesão a comunidade lusófona, já que os dados atuais obtidos pelo Observatório Galego de Cultura, em 2018, somente refletem o estudo do português como língua estrangeira em escolas oficiais de ensino de idiomas e seu uso no mercado laboral, e não a realidade dos centros públicos e suas deficiências, o que faz com que o galego seja uma vantagem para o aprendizado do português, mas por outro lado gere esse paradoxo perante a integração de Galicia na CPLP e na própria

aprendizagem do português na região que atualmente possui somente 2800 alunos matriculados no ensino público (CONSELHO DE EDUCAÇÃO, 2019) diferente de outras regiões na Espanha como Estremadura, cuja língua oficial é unicamente o castelhano e que conta com mais de 20 mil alunos de português matriculados (CONSELHO DE EDUCAÇÃO, 2019).

Por este motivo, para compreender de fato o panorama do português na Galiza é necessário separar a análise em duas áreas: uma referente ao uso e estudo do português nas escolas oficiais de idiomas e no mercado laboral; e outra baseada no estudo do português dentro do ensino público galego.

Quando analisado de forma independente o português é o terceiro idioma estrangeiro mais estudado na Galiza, ficando apenas por detrás do inglês e do francês. Segundo dados do Observatório Galego de Cultura (2016), 32% da população afirma entender o português, sem embargo somente 3% possui estudos oficiais e menos de 1% o certificado oficial emitido pelo Instituto Camões, o elevado grau de compreensão é exatamente o número de falantes de galego segundo o Instituto Galego de Estatística (2020), ou seja, o conhecimento de português é proporcional ao do galego sem embargo diferenciados estatisticamente e seguirá assim até inserção da comunidade na CPLP.

A esse número de falantes seria necessário adicionar os imigrantes residentes na Galiza, havendo aproximadamente 10 mil brasileiros, 15 mil portugueses e 300 caboverdianos (IGE, 2020) sem contar com o fluxo transfronteiriço que compõe a euro-região de Galiza e Norte de Portugal, elevando proporcionalmente o número de lusoparlantes na comunidade autônoma.

Nas EOI, Escolas Oficiais de Idiomas, somente 8 oferecem o curso de português, sendo seu público-alvo estudantes universitários e profissionais. Por outro lado, na educação pública, o português é estudado principalmente como língua estrangeira na secundária, sendo ofertado em 73 institutos de educação secundária em toda Galiza. O sucesso obtido por alguns destes centros, sem dúvidas, revela as claves para o êxito de uma possível integração de Galiza a lusofonia, assim como os desafios que a mesma deve enfrentar.

Após uma análise do artigo publicado por Vanessa Vázquez (2019) os centros de educação pública localizados na área de influência de Portugal, como o instituto A Sagriña, no município de A Guarda, em plena região de fronteira, é o que possui o maior número de alunos de português como primeira língua estrangeira, entre as causas apontadas pelo diretor do centro, a proximidade de Portugal o fluxo de turistas

na região e o apoio do Ministérios de Cultura de Portugal foram elementos fundamentais para atrair o aluno assim como as possibilidades laborais em centros urbanos ao norte de Portugal. Assim mesmo, o Instituto do Barral no município de Pontearreas também se destaca na forte adesão dos alunos ao estudo do português, sendo o motivo o elevado número de residentes de origem portuguesa. Já em capitais de província tais como Ourense, o instituto O Couto oferece aulas de português, sem embargo existe uma forte resistência dos países que consideram a língua de pouca utilidade quando comparada como o francês.

As diferentes perspectivas em relação ao português na Galiza são fruto dessa política de dissociação histórica entre o galego e português, que acaba limitando a adesão de novos alunos, pois o português é contemplado como língua econômica e estrangeira e não como uma possível integração do mesmo com o galego. Neste contexto a lei Paz Andrade deve trabalhar para gerar um ambiente linguístico cooperativo e uma possível adesão a CPLP, que elevaria o galego a uma língua inserida dentro do marco da lusofonia, proporcionando um novo horizonte para a região e atraindo mais alunos ao estudo da normativa estandar do português.

O português de momento se traduz como uma língua comercial e de oportunidades para os jovens, fazendo com que o êxito do ensino da mesma esteja intimamente ligado a fatores sociais, infraestrutura e objetivos a longo prazo, de modo que o potencial do mesmo é obtido através do valor da econômico da língua (MACHADO, 2017).

Os imigrantes brasileiros e o estudo do português

A comunidade brasileira é uma das mais representativas na Galiza, segundo informações do cadastro populacional, na comunidade autônoma existem cerca de 10 mil brasileiros (IGE, 2020), o número, segundo organizações sociais, pode chegar a 12 mil devido à imigração ilegal e à chegada de novos imigrantes desde o início da crise econômica e política que enfrenta o país latino.

A Galiza apresenta-se como um destino almejado pelos brasileiros graças à facilidade linguística e cultural da região, além do baixo custo de vida, que, ao contrário das grandes cidades espanholas que dificultam a rápida integração de muitos imigrantes, principalmente devido à efeitos das elevadas taxas de desemprego após a crise que a Espanha enfrentou em 2008. Além disso, no Brasil são mais de 12 mil galegos, com os quais há também o retorno dos descendentes de muitos migrantes além do efeito chamada da comunidade já estabelecida na região. Outro

fator que também explica esse número de brasileiros são as redes de migração ilegal, que alimentam principalmente as redes de prostituição feminina e trabalho doméstico.

Apesar de ser um número significativo e um dos maiores grupos de imigrantes na Galiza, não existem associações ou organizações que representem esta comunidade, produzindo com que a sua integração seja parcial. Assim mesmo, os brasileiros não integram as discussões políticas da região, havendo uma perda contínua do português como língua de estudos em detrimento do galego e do espanhol. Muitos brasileiros nascidos na Galiza ou que estudaram na região, usam o português somente como língua familiar e o intercâmbio acadêmico como Brasil é bastante limitado quando comparado com outras regiões da Espanha.

Embora intelectuais brasileiros participem ativamente das discussões referentes à lusofonia e ao status de Galiza, e que o termo “Galeguia” tenha sido popularizado pelo escritor brasileiro Luiz Rufatto (2007), o perfil migratório da comunidade brasileira se caracteriza por uma baixa formação e participação do processo de integração cultural na região.

Assim mesmo, as atividades diplomáticas entre o Brasil e Galiza são pautadas pelos interesses da Espanha e Portugal, não havendo programas capazes de aderir a comunidade de imigrantes e usar a mesma como uma plataforma no processo de inserção galega na lusofonia, embora estes sejam indiretamente beneficiados, já que a região é uma das poucas que contam com demanda de mão de obra que fale português e seu processo de hibridação cultural tenha bases históricas importantes que muitos somente descobrem quando se mudam para região.

A população em geral do Brasil desconhece a Galiza e o papel da mesma na lusofonia e por outro lado o governo galego negligencia a presença dessas comunidades para reforçar seus objetivos na CPLP e seu potencial econômico, são lusoparlantes invisíveis aos olhos da política local, uma vez que os assuntos referentes a migração e até mesmo sua integração são determinados pelo governo central – motivo pelo qual poucos dos alunos matriculados em português são de origem brasileira, assim como poucos professores são do Brasil, apesar do crescente fluxo migratório e da aprovação da Lei Paz Andrade que obteve melhores resultados na relação com Portugal já que este está no mesmo marco normativo que o resto da Espanha em relação ao Brasil e sua comunidade, ainda está limitado pelas regras internacionais e as relações bilaterais em âmbitos estatais.

A lei Paz Andrade e a CPLP

Galicia historicamente está sujeita aos interesses do governo central da Espanha, sendo o partido nacionalista galego Bloque Nacionalista Galego (BNG) uma minoria quando comparado ao hegemónico Partido Popular que esteve por mais de 30 anos no poder, por esse motivo a política cultural e linguística sempre esteve alinhada a Madri.

Em 2012 uma iniciativa popular, reuniu mais de 17 mil assinaturas, e foi levada à votação como Iniciativa Legislativa Popular no Parlamento da Galicia, onde venceu por unanimidade.

A lei coloca de manifesto o papel histórico da Galiza e a necessidade da mesma de se aproximar as mais de 250 milhões de pessoas que falam o português, sendo esta uma vantagem competitiva única diante de um mundo globalizado e do crescimento económico das nações lusófonas.

Dividida em 5 artigos, a Lei 1/2014 estabelece todo o projeto de integração entre ambas comunidades:

Artigo 1

Os poderes públicos galegos promoverán o coñecemento da lingua portuguesa e das culturas lusófonas para afondar nos vencellos históricos que unen Galicia cos países e comunidades de lingua portuguesa e polo carácter estratéxico que para Galicia teñen as relacións económicas e sociais no marco da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal.

Artigo 2

O Goberno galego incorporará progresivamente a aprendizaxe da lingua portuguesa no ámbito das competencias en linguas estranxeiras nos centros de ensino da Comunidade Autónoma de Galicia.

Artigo 3

Deberán ser promovidas, así mesmo, as relacións a todos os niveis cos países de lingua oficial portuguesa, constituíndo este un obxectivo estratéxico do Goberno galego. De maneira especial, fomentárase o coñecemento desta lingua por parte dos empregados públicos, a participación das institucións em foros lusófonos de todo tipo – económico, cultural, ambiental, deportivo, etc.–, así como a organización na Comunidade Autónoma galega de eventos com presenza de entidades e persoas de territorios que teñan o portugués como lingua oficial.

Artigo 4

1. A Xunta de Galicia promoverá e estimulará ante o Goberno a adopción de cantas medidas positivas resulten necesarias para a aplicación das disposicións da Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeo e do Consello, de servizos de medios audiovisuais sen fronteiras, co fin de favorecer e permitir a reciprocidade das emisións televisivas e radiofónicas entre a Comunidade

Autónoma de Galicia e a República de Portugal, coa que comparte patrimonio lingüístico.

2. A Compañía de Radio-Televisión de Galicia promoverá os intercambios de producións audiovisuais e de programas completos ou partes destes nos diversos xéneros televisivos, así como a colaboración en materia de proxectos audiovisuais novos, a cooperación no emprego de medios de produción técnicos e humanos e mais a posta en común de coñecemento aplicado á produción audiovisual ou á xestión empresarial, con televisións de lingua portuguesa, especialmente naqueles eidos susceptibles de acadar as maiores posibilidades de beneficio mutuo e recíproco.

Artigo 5

O Goberno galego realizará anualmente un informe en relación co cumprimento desta lei, no que se farán constar, de xeito pormenorizado, as accións levadas a cabo, o seu custo e as previsións que efectúa para o exercicio seguinte. O dito informe remitirase ao Parlamento de Galicia (XUNTA DE GALICIA, 2014, p. 15608).

Uma vez aprovadas e definidas as margens de ação, a Galiza solicitou a Espanha sua adesão a CPLP, sem embargo ao se tratar de uma região autônoma cuja representação internacional só é possível em âmbito paradiplomático, o governo da Espanha se reuniu em Lisboa com a embaixadora da CPLP, em 2019, para discutir a adesão de todo o território, também levando em consideração outras regiões que fazem fronteira com Portugal tais como Extremadura e as relações históricas entre ambas nações. A negociação foi paralisada em 2020 devido a pandemia provocada pela COVID-19.

Conclusões

A Galiza busca recuperar seu papel na lusofonia se integrando aos poucos através das pautas geradas pela lei Paz Andrade, sem embargo o fato de que o português ainda seja tratado como língua estrangeira gera uma distorção da realidade linguista ao ser analisado. Assim mesmo a adesão do português por parte dos alunos sofre com as barreiras geradas ao longo da história e que promoveram a separação do galego e português, gerando um contrassenso onde por um lado a população é capaz de se relacionar com a comunidade lusófona através do uso do galego como língua veicular, mas por outro lado gera barreiras no ensino da língua lusa por ser tratada como língua estrangeira.

A adesão a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, deve não somente facilitar a integração de Galiza, mas também permitir que o português seja de fato integrado à normativa linguística vigente da região passando a integrar um departamento de galego-português. Eliminando a dicotomia existente que obriga

muitas vezes os alunos e cidadãos a se dividirem entre as barreiras construídas ao longo da evolução de ambos os idiomas, promovendo um ambiente unificado. Fortalecendo dessa forma não somente o estudo do português, mas também do próprio galego por agregar valor a ambos.

O sucesso obtido em centros que ensinam português, gerado a partir do valor do idioma luso, é a chave para essa integração posto que elevaria a região a um novo patamar e ingressaria a mesma a uma nova comunidade linguística, fomentando a evolução contínua do galego e integrando aos poucos este ao mundo lusófono e vice-versa, promovendo um reitegracionismo brando do próprio galego.

Fato é que esse processo, fomentado pela lei Paz Andrade ainda deve gerar novas discussões em relação à normativa linguística, sem embargo pode ser a única chance do galego de não desaparecer ou se isolar cada vez mais.

Referencias

ANDRADE, Valentim Paz. **A galecidade na obra de Guimarães Rosa**. Coruña, Edicions do Castro, 1978.

ASSOCIAÇÃO DOCENTES DE PORTUGUÊS NA GALIZA. **Situação do ensino do português na Galiza 2018/2019**. 2019. Disponível em: <https://www.dpgaliza.org/wp-content/uploads/2019/02/boletimDPG-1.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

DGT. Dirección General de Tráfico de España. **Movilidad**. 2020. Disponível em: <https://sede.dgt.gob.es/es/movilidad>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FOX, Inman. **La invención de España**. Madrid: Editora Cátedra, 1998.

IGADI. Instituto Galego de Análisis y Documentación Internacional. **Disponibles as Conclusións e os vídeos do III Congreso de Estudos Internacionais de Galicia**: Galicia e a lusofonia diante dos desafíos globais. 2019. Disponível em: <https://www.igadi.gal/web/noticias/disponibles-as-conclusiones-e-os-videos-do-iii-congreso-de-estudos-internacionais-de-galicia-galicia-e-a-lusofonia>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IGE. Instituto Galego de Estatísticas. **Registros de habitantes**. 2020. Disponível em: <https://www.ige.eu/web/index.jsp?paxina=001&idioma=gl>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INE. Instituto Nacional de Estatísticas. **Padrón población por Municipios**. 2020. Disponível em: https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica_P&cid=1254734710990. Acesso em: 20 fev. 2020.

MACHADO, Luis Fernando. **O valor económico da língua portuguesa**: um olhar geral. Lisboa: SCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2017.

OBSERVATÓRIO GALELO DE CULTURA. **3ª Conferência de Estudos Internacionais da Galiza**. 2016. Disponível em: <https://tv.uvigo.es/series/5b5b4d618f42084e59fa9709>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Experiências de Vanguarda no ensino nos países Lusófonos

Galiza e a Lusofonia: a entrada da região autónoma na CPLP e o ensino do Português

DOI: 10.23899/9786589284093.58

PGL. Parlamento da Galiza apoia por unanimidade solicitar adesão à CPLP. **Portal Galego da Língua**. 2018. Disponível em: <https://pgl.gal/parlamento-da-galiza-apoia-unanimidade-solicitar-adesao-cplp/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RUFFATO, Luiz. Galeguia. **Revista Agália**, [S.l.], n. 89-90, p. 213-214, 2007.

VÁZQUEZ, Vanesa. O sinuoso camiño do portugués en Galicia: “Percebo mas não escrevo”. **Praza Xornal**, Vigo, 22 jun. 2019. Disponível em: <https://praza.gal/acontece/o-sinuoso-camino-do-portugues-en-galicia-percebo-mas-nao-escrevo>. Acesso em: 20 fev. 2020.

XUNTA DE GALICIA. Lei 1/2014, de 24 de março de 2014. Institui o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia. **Diário Oficial de Galicia**: Galicia, n. 68, p. 15608. Disponível em: https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3B0-310314-0001_gl.html. Acesso em: 20 fev. 2020.